



Trabalhadores em construção de uma cultura política: as experiências de Evaristo Lucena e Raimundo Barros entre a Primeira República e a Era Vargas

LUIZ GUSTAVO LIMA ARRUDA*

O ano era 1935: o Brasil convulsionava-se politicamente em meio a vários partidos regionais (muitos sendo ainda remanescentes da Primeira República) e dois polos político-ideológicos antagônicos, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB)¹. Naquele ano, enquanto os aliancistas eram reprimidos pela polícia secreta do governo de Getúlio Vargas, núcleos integralistas espalhavam-se rapidamente pelos grandes centros urbanos brasileiros e, até mesmo, por cidades interioranas do Brasil – em nosso caso, exemplificamos o interior do Ceará – onde ainda predominava a estrutura política de cunho coronelista². Dessa forma, empolgavam-se outrossim com o movimento de Plínio Salgado, as elites conservadoras de coronéis agrário-comerciais de cidades do interior cearense, como Limoeiro do Norte, Crato, Quixadá e Baturité (REGIS, 2008:15).

* Mestre em História pela Universidade de Brasília. Ex-bolsista CNPq.

¹ A configuração partidária no Brasil de 1935 dispunha-se, no entanto, muito além da simples dicotomia: aliancistas contra integralistas; grande parte do panorama partidário de então ainda contava com muitas legendas regionais, atuantes durante a Primeira República – em São Paulo, o antigo Partido Republicano Paulista e o Partido Democrata uniam-se sob a Frente Única Paulista, liderada pelo interventor Armando de Salles Oliveira (GOMES; LOBO; COELHO, 1980:272); em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro integrava os quadros do novo Partido Progressista situacionista; já no Rio Grande do Sul vigorava ainda o Partido Republicano Liberal, sob liderança do tradicional coronel Flores da Cunha (líder político gaúcho durante a Primeira República) (CASTRO, 1980:66); no Nordeste, destacava-se o Partido Social Democrático (PSD), surgido em Pernambuco, sob liderança de Lima Cavalcanti e Juarez Távora, e que logo fundava filiais pelo Ceará e Bahia. Apoiando todos os grupos acima (com apenas uma exceção) surgia também a Liga Eleitoral Católica – que não era propriamente um partido, mas uma aliança entre políticos católicos que visavam a dar apoio a outros partidos. A exceção mencionada foi justamente no Ceará, onde a Liga Católica comportou-se como um partido independente, recusando apoiar o Partido Social Democrático em chapa única – diferente do que ocorria em Pernambuco e na Bahia (PANDOLFI, 1980:370-380). Essa peculiaridade foi determinante nos destinos do sapateiro tratado aqui.

² A historiografia tradicionalmente caracteriza o integralismo como um suposto grupo político representativo das classes médias urbanas (TRINDADE, 1979). Os estudos de João Rameres Regis (2008) apontam, contudo, para o alastramento de núcleos integralistas pelo interior do Ceará, mostrando que, mesmo sendo críticos do sistema coronelista, a AIB ocupava espaços onde tal estrutura vigorava. Quanto ao coronelismo, consideramos a visão clássica de Victor Nunes Leal (1997), que a considera um sistema derivado de uma crise incipiente no modelo político baseado no mandonismo local – porém, diferente deste, o coronel não “manda” deliberadamente em sua área de influência como outrora. Se ainda o faz, é sob manipulações das instituições burocráticas criadas a partir da Constituição Republicana.

No entanto, no município de Baturité, ocorrera um fato inusitado: a fundação do núcleo da AIB, no dia 16 de março, era impedida por um sapateiro negro, que – usando de suas prerrogativas como presidente do Círculo Operário Católico local (COC) (o que parece ser outro fato inusitado para a época) – não permitiu que os líderes integralistas, capitão Jeová Mota e padre Hélder Câmara, utilizassem das dependências da associação para a abertura do núcleo. Tal fato contrariou as ordens do coronel católico, Ananias Arruda, que havia prometido o prédio aos integralistas, gerando assim, uma inevitável crise política na cidade, envolvendo um simples sapateiro contra uma elite poderosa de coronéis, cooptados à Igreja Católica local e a AIB³ (ARRUDA, 2013:13).

Este sapateiro e músico, de nome Evaristo Lucena, é revelador de uma considerável margem de participação política advinda das camadas populares durante a Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas. Suas experiências políticas denotam, sobretudo, a luta pela construção de uma cidadania, ainda em formação no Brasil, pautada por uma cultura política⁴ associativa, pela qual se buscava vivenciar os clássicos direitos civis, políticos e sociais (cada vez mais conhecidos dos trabalhadores), através de instituições formais do fazer político (os sindicatos, associações operárias e o partido político). Bem como pelos seus mecanismos informais: as opiniões e “comportamentos políticos”, sublimados muitas vezes pelas expressões político-culturais advindas do surgimento das danças e músicas populares.⁵

Além de Evaristo Lucena, narramos também a trajetória de vida de outro personagem, de nome Raimundo Barros Filho, que embora fosse seu conterrâneo, contemporâneo e de origem social semelhante, traçou uma trajetória de vida distinta: em 1935, enquanto o sapateiro Lucena era presidente do Círculo Operário Católico de Baturité e se debatia politicamente contra os integralistas de sua cidade; Barros Filho

³ A Igreja Católica atuava concretamente junto à Liga Eleitoral Católica, que no Ceará tomou ares de partido político.

⁴ Os analistas tendem a considerar que o conceito de cultura política não engloba apenas a participação política formal, em eleições, partidos políticos, ou sindicatos. São considerados, sobretudo, todos os aspectos da vida cotidiana, como a indiferença ou a adesão, as opiniões e os comportamentos políticos. (SANI, 1998:306; BERSTEIN, 2009:30; GRAHAM, 1991:212; GOMES, 2005:21-44)

⁵ Angela de Castro Gomes aponta que o caráter festivo e coletivo das eleições abria um relativo espaço para a inserção da música popular como uma importante ferramenta de expressão informal dos “comportamentos políticos” das camadas populares durante a Primeira República (GOMES, 2009:1-10). Se atentarmos para o fato de que, no Ceará, quase todo núcleo partidário interiorano mantinha uma banda de música, apenas reforçamos seu argumento (MONTENEGRO, 1965:47).

frequentava a boemia carioca, destacando-se como “bilharista”, enfrentando “os famosos tacos (...), entre os quais o maestro Villa-Lobos”. Ademais, trabalhava na Guarda Noturna, pela Superintendência de Educação Musical e Artística do Distrito Federal (SEMA), dirigido pelo citado maestro (BARROS FILHO, 1979:50-51).

Raimundo Barros Filho – cujo pai foi Raimundo Ferreira Barros, um alfaiate sertanejo semiletrado, proveniente de uma família oriunda das camadas populares – embora fosse tão trabalhador quanto Evaristo Lucena, nunca se envolveu com sindicatos, associações operárias ou partidos políticos. Tal como a maioria da população brasileira, o modo pelo qual buscava viver o equivalente aos direitos civis, políticos e sociais era ainda por meio da política da ajuda, proteção ou dos favores de matiz clientelistas, advindos do seio da tradicional sociedade de “parentelas”, tendo por base estrutural o “mandonismo local” – como ainda estava configurado grande parte do Brasil no início do século XX. Barros Filho nasceu sob influência direta de uma sociedade cuja cultura política era vivida através do poder de grandes parentelas, onde “fora da família, o indivíduo não tinha nenhum direito” (MATTOSO, 1992:76-77). A fim de contextualizar o meio social vivido por ambos os personagens aqui tratados, discorreremos, a seguir, sobre a sociedade de parentelas:

Katia Mattoso, analisando sociologicamente o Brasil do século XIX (mais estritamente a então província da Bahia) – quando o mandonismo local vigorava forte pelas vilas e cidades do Império – afirmava que “a família era o motor para todas as promoções sociais” (Idem). Por família, empregamos aqui o sentido de “parentela” cunhado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, que se constitui por uma organização social “formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais)” (QUEIROZ, 1976:179-181). Visto dessa maneira, tal conceito vai além da chamada “família extensa”, pois extrapolava as relações consanguíneas, englobando uma ampla gama de aparentados de todos os matizes e condições sociais, subordinados geralmente a um chefe patriarca.

A vida social da maioria da população brasileira ocorria, principalmente, dentro das propriedades rurais desses senhores agrários⁶, que mantinham sob sua dependência, além dos familiares mais próximos – que compunham uma chamada “*alta parentela*” – uma variedade populacional de (ex) escravos, trabalhadores braçais, peões, agregados, capangas, entre outros – pertencentes a uma “*baixa parentela*” – e que gravitava em torno da família principal. Todos eram considerados membros “da mesma família”, mas a alta parentela desfrutava de favores mais requintados (apoio político, cargos públicos, facilidades comerciais) do que a baixa parentela (proteção, alimentação, moradia), concedidos pelo chefe da família (patriarca), de quem emanava o poder de mando sobre uma ampla população de subordinados (QUEIROZ, 1976:179-181).

Em fins do século XIX, no entanto, começou a se processar uma lenta e gradual crise e quebra da sociedade de parentelas no Brasil e que perpassaria quase que por todo o século XX:

Quando as altas parentelas não viam mais serventia em sustentar os membros das parentelas mais baixas e distantes, tratavam de ‘alijar de seu barco, parentes pobres, afilhados, agregados (...) mantendo-se apenas as ligações com os membros que ocupavam a mesma camada superior (...) (nas cidades maiores sendo as modificações mais rápidas que nas menores)’” (ARRUDA, 2013:115 apud QUEIROZ, 1976:210).

Tais mudanças processaram-se lentamente sob desdobramentos e contextualizações que não caberão explicar nas dimensões deste artigo, sendo necessário, termos em vista que tal “ruptura, no entanto, não foi brutal; foi-se fazendo de maneira paulatina, agindo com freios à sua marcha as relações afetivas que buscavam persistir” (IDEM). Principalmente nas grandes cidades, aos poucos, a sociedade de parentelas dava lugar a uma sociedade de clãs ou famílias nucleares,⁷ onde:

⁶ A maioria das cidades interioranas do Império era apenas o lugar onde ficavam os órgãos públicos, como a câmara municipal, por exemplo. As festas, os ritos religiosos, os batismos e casamentos, enfim, a maior parte dos episódios da vida privada ocorriam dentro das propriedades dos senhores agrários (QUEIROZ, 1976). No entanto, é preciso salientar, como apontou Maria Odila, que essa configuração não é exclusiva nem hegemônica, sendo preciso “relativizar sua abrangência, delimitando as situações específicas...” (DIAS, 1997:61)

⁷ Essa crise de parentelas está na esteira do que Vitor Nunes Leal chama de “diminuição de poder dos coronéis” (1997:71) e o advento do sistema coronelista, em sua concepção. Ideia complementada por José Murilo de Carvalho (1997), ao diferenciar o mandonismo local do sistema coronelista.

Distinguiam-se os bairros residenciais de gente rica, morando em mansões rodeadas de jardins; dos bairros de classe média com pequenas casas quase sem jardim ou dando diretamente sobre a rua e dos cortiços que se instalava nos interstícios urbanos e nos quarteirões decadentes... (IDEM, 1976:208)

A estratificação social e os abismos sócio-econômicos, que separavam elites e trabalhadores acentuavam-se à medida que se processava a urbanização. Décio Saes, na sua obra *Classe Média e política na Primeira República brasileira*, chega a apontar, implicitamente, para a formação das camadas médias durante a Primeira República como advindas dessa quebra das parentelas, distinguindo, analogamente, a alta camada média – proveniente diretamente das famílias dos coronéis – da baixa camada média – advinda de indivíduos apartados das alas mais abastadas (SAES, 1975:40).

Essas análises a respeito da sociedade de parentelas (típica do mandonismo local) e seus primeiros sintomas de crise – gerando um corte horizontal na pirâmide social entre as alas ricas e pobres de uma mesma “família” – são necessárias para contextualizar o nascimento dos dois personagens tratados aqui, pois ocorrem, justamente, em meio aos primeiros sinais da crise processual relatada acima. Ao que consta, tanto Evaristo Lucena quanto Raimundo Barros Filho compuseram as baixas camadas médias urbanas de sua cidade⁸, mas com uma diferença: o pai de Barros Filho ainda estava integrado, por alianças espirituais, a grandes parentelas. O alfaiate Ferreira Barros contava com a proteção de alguns membros das elites locais, provavelmente por serviços prestados gratuitamente na delegacia. Morava numa residência de propriedade de Luiz Nepomuceno, seu “compadre e senhorio”, padrinho de uma de suas filhas, que às vezes lhe “dispensava até durante um ano, o cômodo aluguel de seis mil réis” (BARROS FILHO, 1979:90). Todos os seus doze filhos (seis homens e seis mulheres) tiveram pelo menos um padrinho em meio a elite local, embora isso, por si só, não significasse garantia de ascensão social deles.

A trajetória de seus filhos apresenta a vida itinerante e o caráter migratório como uma constata: somente dois deles faleceram morando no estado onde nasceram.

⁸ É importante frisar que, em nossa pesquisa, percebemos que cidades interioranas, onde predominavam a estrutura agrária poderiam ter um relativo espaço qualitativo de urbanidade, de modo que o crescimento urbano, relatado no texto, não ocorreu somente em grandes centros, mas também irradiaram para uma parte das cidades do interior do Brasil, como Baturité, cujo aparelho urbano contava com avanços típicos da modernidade, como luz elétrica, estrada de ferro, correios e telégrafos, dando margem a uma urbanização qualitativa, mesmo com predominância de uma população rural (ARRUDA, 2013:41)

Nenhum estudou regularmente ou se formou, embora uma parte integrasse a chamada classe média, em formação, nas décadas de 1940 e 1950. As seis filhas – Maria de Nazaré, Maria Luiza, Francisca, Alice e Alzira – casaram-se cedo com representantes das camadas médias da cidade, e logo se mudaram para o Amazonas, onde criaram suas famílias. Dentre os seis filhos – José Antônio, Luiz Gonzaga, João, Francisco, Pio e Raimundo Barros Filho (nosso biografado) – somente o primeiro e terceiro permaneceram no Ceará, os outros espalharam-se pelas regiões Norte e Sudeste do país, em busca da sonhada ascensão social (IDEM:26-32).

Já o pai de Evaristo Lucena, descendente de ex-escravos, foi deslocado do seio da tradicional alta parentela da família Lucena da Paraíba⁹, quando teve de procurar outro lugar para se estabelecer. Chegou à Baturité durante a década de 1880, sem contar com mais favores – as fontes não disponibilizam maiores informações sobre esse período. Seu filho mais velho, Evaristo Lucena, quando era criança, acordava às quatro horas da manhã para ajudar a madrastra a abastecer balaio com mercadorias a serem vendidas na feira da cidade. Contornou as dificuldades de sua infância sendo autodidata, quando de alguma forma alfabetizou-se¹⁰. Na segunda metade da década de 1910, era membro da Igreja Católica e possuía, num espaço alugado, a sapataria “Evaristo”, cuja propaganda era feita pelo jornal católico local, de propriedade do coronel Ananias Arruda. Em meio a esse tempo, também foi tesoureiro da Conferência Vicentina da cidade e participava de júris populares, o que demonstra um certo prestígio social que mantinha, inclusive perante a Igreja Católica local – apesar dos preconceitos vigentes quanto sua origem étnica (por ser afrodescendente).

Em uma sociedade onde a posição social de seus membros é pautada pelo título que ostentavam, Evaristo Lucena era conhecido por sua elite como “mestre Evaristo”, pois além dos atributos citados acima, ensinava e tocava nove instrumentos, sendo responsável pela fundação, em 1923, de uma banda de música, que certamente possuía

⁹ Exemplificando o exposto no texto, a família de Evaristo Lucena era atrelada à alta parentela da família Lucena da Paraíba, tendo como chefe patriarca, a figura política conhecida como Barão de Lucena. (ARRUDA, 2013:118)

¹⁰ Uma hipótese viável é que tenha se alfabetizado sob interferência da Igreja Católica.

influência sobre o intrincado jogo político dos coronéis locais, sobretudo na época dos “espetáculos cômicos eleitorais” da Primeira República.¹¹

Um ano depois, mestre Evaristo participou da fundação do Círculo Operário Católico de sua cidade, quando foi eleito seu primeiro presidente. Durante os 12 anos em que passou à frente do Círculo, ele pôde ampliar seu universo político, ao atuar por meio de expressões institucionais e formais das culturas políticas – uma associação operária, cujo projeto sócio-político era baseado nas doutrinas do chamado socialismo cristão¹². Como professor de ofícios e patrono da banda de música do COC, Lucena chegou a influenciar uma geração que viveria as turbulências e agitações políticas da década de 1930.

Para Evaristo Lucena, o associativismo operário (católico) era um caminho possível de construção de sua cidadania. Como presidente do CO, teve oportunidade de se inserir mais profundamente no mundo político da cidade, insinuando-se entre as elites de coronéis, comerciantes e bacharéis, ingressando na participação de debates sobre temas que começavam a ficar cada vez mais relevantes, como a relação entre capital e trabalho.¹³ Os primeiros anos após a Revolução de 30 talvez fossem os que Lucena mais experimentou os ares do que poderia ser uma cidadania plena – no sentido de que se sentia ativo frente à sua sociedade e responsável pelas transformações

¹¹ Angela de Castro Gomes, ao analisar uma fonte produzida por Raimundo de Ataíde – a qual descrevia pejorativamente as eleições em Pacatuba (cidade do interior do Ceará, entre Baturité e Fortaleza, praticamente vizinha a esta) como um espetáculo cômico – aproveitou o ensejo para dar uma outra visão a participação política popular, durante a Primeira República, enxergando que o dia de eleição era, ao menos era um dia e festa, um espaço de socialização onde caboclos, à sua maneira, viviam sua participação política possível (GOMES, 2009:6-7). Quanto ao papel das bandas de música, percebemos que elas influenciavam o jogo político, servindo de elemento atrativo, o que poderia favorecer ou prejudicar candidatos eleitorais (ARRUDA, 2013:37).

¹² O Socialismo Cristão foi inaugurado com a promulgação da encíclica *Rerum Novarum*, pelo papa Leão XIII, em 1891. A encíclica inaugurava oficialmente a inserção da Igreja Católica na chamada Questão Social, ressaltando, principalmente, que as explorações advindas do capitalismo liberal eram decorrentes da contaminação da sociedade pelo ateísmo e pela esfera laica. Assim, propunha um modelo de modernização e harmonização social baseado no evangelho, que na prática era um modelo capitalista, porém amenizado por um estado forte e corporativo. A estudiosa sobre Círculos Operários, Jessie Jane Souza, reconhece, que dentro do modelo dos Círculos Operários havia uma busca possível e efetiva por transformação social, ainda que pautado pelo capitalismo (SOUZA, 2002:276).

¹³ A década de 1920 foi o terreno onde o debate sobre a chamada “Questão Social” ganhava força (ARRUDA, 2013:55), porém foram nos anos imediatamente posteriores à Revolução de 30, que esse debate ganhava vigor – “a expressão ‘questão social’ (...) alinhava-se à idéia de revolução” (BORGES, 1998:161). Nesse contexto, a tônica dos debates tornava-se a dicotomia entre o modelo marxista-comunista e o modelo do socialismo cristão, cujos preceitos passavam a ser adotados pela política varguista.

ocorridas nela. Lutou pela construção de uma sede própria para o Círculo Operário, concluída em 1932, onde passou a contar com mais autonomia nas reuniões, em relação a interferências da Igreja Católica, visto que as reuniões anteriores eram feitas no salão paroquial da Igreja Matriz. O mesmo ocorria com a “Escola Gratuita Para Crianças Pobres”, fundada por Lucena em 1931, e que a partir de então passava a funcionar com mais liberdade. Um ano depois, Lucena mais uma vez galgava participação em uma outra esfera do mundo político, filiando-se a um partido: a Liga Eleitoral Católica, onde chegou a integrar provisoriamente a diretoria de seu núcleo municipal, chefiada pelo coronel católico Ananias Arruda, até então seu aliado.

Tudo mudaria para Evaristo Lucena, todavia, com a entrada em cena da AIB e a crescente histeria anticomunista vivenciada, sobretudo após a Intentona de 1935. Por algum motivo, Lucena declarou-se anti-integralista, e até insinuou uma certa simpatia aos poucos comunistas de Baturité, ao dar apoio ao advogado comunista Pedro Wilson, quando este era expulso de um ônibus por estar portando consigo *O Capital*. Lucena exercia sua participação política ao não concordar com a aproximação envolvendo o COC local e a AIB, o que culminou no primeiro episódio descrito neste texto. Começamos por ele, pois foi o ápice da participação política do sapateiro na cidade e do exercício de sua cidadania – como se usasse de um *intercessio*¹⁴, em nome de seus representados, impediu a fundação de um núcleo integralista nas dependências da instituição a qual presidia, contrariando os desígnios da elite católica, inclusive do prefeito-interventor, coronel Ananias Arruda, que se apossava do cargo, desde maio de 1935, escolhido pelo governador constitucional Menezes Pimentel, dois meses após o incidente envolvendo Evaristo Lucena e AIB.

Em junho do mesmo ano, Lucena exigia ao então prefeito, subvenções atrasadas para o Círculo Operário – que lhe foram negadas. A partir de então, Evaristo Lucena começou a preparar um forte de grupo de resistência, em oposição à administração da prefeitura, que contou com, além de membros das camadas populares, outra elite de coronéis decaídos após a fundação da LEC, e que se aglutinou no Partido Social Democrático (PSD). Diante desse clima de tensões, a oposição circulista aproveitou-se

¹⁴ Em direito Romano, o *intercessio* era a prerrogativa que o tribuno, em nome da plebe, tinha de barrar ou impedir alguma resolução dos patrícios maléfica a seus interesses. Usamos esse termo de forma análoga para as medidas de Evaristo Lucena.

da ausência do prefeito Ananias Arruda, em viagem à Capital Federal, para reformular a banda de música do Círculo Operário, que se chamaria banda “Carlos Gomes”, em homenagem ao famoso compositor do século XIX, contando com a inclusão em seu repertório de músicas profanas. O gesto foi considerado uma afronta pelo prefeito em exercício, o secretário Miguel Arruda Proença, sobrinho do prefeito, que numa medida autoritária, censurou e proibiu as retretas da banda de música de Evaristo – o que foi ratificado ao retorno de Ananias Arruda.

Com tal censura, a situação ficou insustentável, o fim de 1935 foi marcado por intensa crise entre o Círculo Operário Católico de Baturité com própria Igreja Católica local. Em 1936, após 12 anos de trabalhos presidindo o COC de Baturité, Evaristo Lucena seria boicotado pela elite católica de sua cidade, não sendo mais reeleito. Recuperou-se parcialmente do golpe, ainda no primeiro semestre, quando conseguiu eleger-se vereador pelo PSD, exercendo um mandato repleto de restrições, marcado pela oposição e pela desobediência ao então prefeito e a LEC. Ademais, preparava-se para a vindoura campanha anti-integralista, ao rejeitar a candidatura de Plínio Salgado, para as supostas eleições que ocorreria em 1938 (ARRUDA, 2013:142-155).

Os anos de 1935 a 1937 foram, talvez os mais agitados da vida de Evaristo Lucena: um mês antes da deflagração do golpe do Estado Novo, desobedecendo à proibição do prefeito, o então vereador Evaristo Lucena executou retretas com sua banda em um comício a favor da eleição à Presidência da República de José Américo de Almeida, na qual a oposição aproveitou-se do ensejo para criticar o prefeito, o que atraiu um público significativo. Os grupos oposicionistas, junto a Lucena, subiram ao palanque, desferiram críticas ao prefeito e ao clero local, a quem o sapateiro chamou de “hipócritas” (IDEM:156). A prefeitura, na figura do sargento Sebastião, que encabeçava a guarda municipal, procurou reprimir as manifestações – silenciando o sapateiro vereador.

Um mês depois, o rolo compressor do Estado Novo completaria a tarefa, excluindo este sapateiro do jogo político definitivamente. Além de ter perdido o mandato de presidente do COC e de vereador municipal, sua participação como sócio do Círculo era cada vez mais tolhida. O movimento hierarquizava-se em âmbito nacional, ficando sob o controle da Confederação Nacional dos Operários Católicos

(CNOOC), com sede na Capital Federal, o qual tornou-se órgão consultivo do Ministério do Trabalho, cujo novo ministro (o lecionista Waldemar Falcão) também era coincidentemente um político natural de Baturité (SOUZA, 2002:193-213). Nessa nova concepção centralizada e corporativa que se fomentava, não haveria mais espaço para voos maiores, em se tratando de uma inserção direta do sapateiro, no campo da política (por meio dos Círculos Operários), o que resultou na sua saída definitiva do movimento em 1938.

Durante os anos seguintes, tornou-se um simples empregado do comércio, esquecido e silenciado em seus embates – o único consolo que lhe poderia restar era uma carteira de trabalho assinada e o fato de sua filha estar concursada e empregada nos Correios e Telégrafos da cidade. Faleceu desgastado, por tantas lutas e poucos resultados, durante a década de 1950.

A esta época, nosso outro personagem, Raimundo Barros Filho, ainda morava no Rio de Janeiro, dessa vez gozando de uma vida de classe média, como funcionário público do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Quais diferenças houve entre a trajetória de Evaristo Lucena para Barros Filho, sendo que este também foi “nascido e criado no seio de uma família pobre, autodidata ligeiramente alfabetizado, borboletando de profissão em profissão, numa luta (...) contra as vicissitudes da vida” (BARROS FILHO, 1979:7)? Já sinalizamos que uma das chaves de compreensão dessa diferença reside na política de proteção de parentelas, à qual ainda estava atrelada a sua (baixa) parentela, dos Ferreira Barros. Eis o resumo de sua história, e por onde demonstramos isso:

Raimundo Barros Filho nasceu em 1900, na mesma cidade de Evaristo Lucena, e assim como este, teve uma infância pobre, com a diferença de que tinha um padrinho dentre a elite local, coronel Antônio Ribeiro Brasil Montenegro, o que não o impedia de, durante a infância, necessitar de perambular pelos botecos e botequins da cidade, como pedinte, tocando bumba canastra ou fazendo cangapés, cantando: “papai, mamãe, seu filhim tá nú. Só tem uma camisa de gangu azú” (BARROS FILHO, 1979:39). Além de ganhar trocados, despertava a simpatia de membros da elite, como o major Pedro Catão, que se tornou seu “protetor”. Com aproximadamente 12 anos de idade, foi admitido por este como “empregado na Empresa d’água de Baturité para vender água

instalado num chafariz”, porém pelo seu comportamento traquina, seringando água nos transeuntes, foi demitido pelo coproprietário, coronel José Pinto do Carmo. Pediu-lhe então Pedro Catão para dar mais uma chance à então criança Raimundo Barros, no que foi atendido, mas como continuava procedendo com o mesmo comportamento, “até alagando a Praça, (...) foi definitivamente demitido pelo Zé Pinto” (IDEM).

Depois, tornou-se vendedor de jogo do bicho, para ganhar “misérrimas comissões” (IDEM), sendo também ajudante em um botequim, ou “ganhava um tostão de algum serrano, para segurar a rédea do cavalo, enquanto ele ia a pé tratar de algum negócio...” (IDEM:40). Aos 16 anos, tornou-se cassaco na construção de uma estrada de rodagem, obra de emergência para atender os flagelados da seca de 1915. Naquele ano, por proteção, novamente, do major Pedro Catão, foi admitido na Fábrica Proença, em Fortaleza, intercedendo sua entrada com o diretor José Arruda (irmão mais velho do coronel católico Ananias Arruda). Foi demitido, pois faltou o trabalho para brincar o carnaval de 1917. Neste ano, continuou em Fortaleza, trabalhando num armazém de propriedade de um senhor chamado Sigisnando Pinheiro, onde recebia “importâncias insignificantes e ridículas”.

Dessa vez, por interferência do compadre de seu pai, o já aludido Luiz Nepomuceno, foi empregado no escritório de advocacia de genro do mesmo, Adolpho Campelo, onde teve a oportunidade de fazer amizades no meio intelectual e acadêmico, frequentando, inclusive, um grupo literato. Após um ano, retornou a Baturité, onde passou a trabalhar na Rede de Viação Cearense (RVC), como auxiliar de telegrafista, por interferência de seu padrinho, nas estações da estrada de ferro (BARROS FILHO:40-43).

Em 1919, um parente afim de seu protetor Pedro Catão, tenente João de Gusmão Castelo Branco, aconselhou-o a seguir carreira no exército. Foi com ele para Fortaleza e sentou praça no 23º Batalhão de Caçadores, servindo em Natal e na então cidade da Parahyba (hoje João Pessoa). A este tempo, no Ateneu de Natal, terminou “quatro preparatórios do total de doze, que eram necessários (...) para se matricular num curso superior”, o que seria equivalente ao 1º Grau, ou Ensino Fundamental. Em pouco tempo, já havia sido promovido a sargento, mas, mesmo assim, parecia não ter se adaptado à disciplina militar, pois tentara vários concursos, como de Guarda Aduaneiro,

funcionário da Fazenda Nacional, Correios e Telégrafos, Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) – em todos obteve aprovação, mas não era nomeado, pois “os cargos públicos eram preenchidos por meio de pistolões”. Assim, Barros Filho via que a mesma política clientelista de ajuda e proteção que lhe beneficiava também poderia lhe prejudicar. Finalmente, obtinha nomeação para o concurso do Banco do Brasil, porém o comandante de seu batalhão, Jacinto da Cunha Ribeiro, negou-lhe o licenciamento do serviço militar, chamando-lhe atenção por estar fazendo “concursos no meio de paisanos” – em seguida, determinou sua prisão, no quartel, por 30 dias (IDEM:43-46).

Graças ao contato com o advogado Alberto Francisco Moreira, foi requerido ao juiz Adonias de Lima um pedido de *habeas corpus*, para ser dada a baixa no exército, por estar concluído o tempo mínimo de serviço militar. Ao sair do exército, em 1923, o ex-sargento passou a trabalhar como guarda-livros, na firma Salim Jereissati e Irmão, alegando astuciosamente ter tido experiência anterior aos patrões. Posto ao trabalho, apresentou ter dificuldades com o ofício. “Um dia, um dos patrões, o Sr. Nacif (...) disse: – ‘Tu nunca foi guarda-livros’” (IDEM). Ocupou, assim mesmo, o emprego até o início do ano seguinte, quando passou a trabalhar na firma Gadelha, Barreto & Cia, cujo chefe era Raul Amora Gadelha, que se tornou padrinho de seu casamento.

Em 1925, saiu da firma para, em sociedade com o coronel Vicente Carneiro¹⁵, abrir um empreendimento, o qual ele chamou de Caixa Popular, que vendia títulos de capitalização, sorteios e vendas de jogos do bicho. O coronel entrava com o capital e Barros Filho tinha a incumbência de abrir filiais por várias cidades do país, contratando agentes para tal. No período entre 1925 e 1929, viveu verdadeiras aventuras, viajando de automóvel e de motocicleta por cidades do interior da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Numa dessas ocasiões, esteve acompanhado de um dos bandoleiros de Lampião, chamado Lourenço Oliveira, mais conhecido como Capuxu. Em sua companhia, obrigavam os sertanejos a lhes oferecerem abrigo e comida e provocavam confusões com tropeiros de bois pelo interior – fato que lhes chegaram a render fugas de perseguição da polícia, chamados de “macacos” por Capuxu, que prometia a Barros Filho um encontro com Lampião, porém ser terem tido sucesso (BARROS FILHO:60-67).

¹⁵ Membro de família tradicional da Paraíba, sendo o citado, primo do então futuro senador Rui Carneiro.

Em 1929, atuava em São Paulo, quando a sociedade se desfez por ocasião da morte do coronel Vicente Carneiro. Assim, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar por conta própria. Após a Revolução de 30, começou a ter dificuldades, em virtude da proibição do jogo do bicho. Em 1932, com o advento da Revolução Constitucionalista, em São Paulo, alistou-se no Batalhão Olegário Maciel como tenente, a pedido do interventor da Bahia, o cearense tenente Juracy Magalhães – por toda a vida guardou o cartão de Gustavo Capanema, secretário do Governo mineiro, agradecendo ao que chamou de “bons serviços”. Em 1935, entrou para a Guarda Noturna da SEMA, onde teve a oportunidade de conhecer de perto figuras como o maestro Heitor Villa-Lobos, num episódio já relatado nesse texto.

Foi demitido da SEMA em 1937 pela prefeitura do Rio de Janeiro, após a saída de Pedro Ernesto Batista da interventoria carioca. A partir de então, seus “negócios correram muito mal”, sofrendo reveses que o deixaram em situação difícil, tendo de viver com a “ajuda” de conterrâneos.

Em 1938 decidiu terminar os estudos (Ensino Médio) com o intuito não atingido de bacharelar-se em direito, contudo, foi aprovado e nomeado no concurso para trabalhar no IAPI, onde teve a carreira facilitada por ser o ministro do trabalho, Waldemar Falcão, seu conterrâneo (BARROS FILHO:49-51). O próprio IAPI pareceu ser um veio empregatício utilizado por sua família – após ingressar no emprego, começou a fazer carreira também no Instituto seu irmão mais novo Pio e sua filha Maria José:

Percebemos, pelo histórico de Barros, que ele conseguiu integrar-se à classe média brasileira graças a sua condição de apadrinhado por coronéis. Diferente de Evaristo Lucena, que precisou sobreviver fora dos grandes acordos familiares. Vemos a diferença pelo destino de ambos: Evaristo Lucena, que era apenas cinco anos mais velho que Barros, morreu sem aposentadoria, em Fortaleza, como empregado subalterno, na década de 1950, no máximo integrando uma baixa classe média. Já Barros Filho, morreu gozando de velhice tranquila durante a década de 1980, funcionário público aposentado (ARRUDA, 2013:162).

Comparando ambas as histórias: houve dois projetos pessoais de ascensão social distintos, atrelados a duas culturas políticas também distintas: uma (a de Barros Filho) era existente, no mínimo, desde o Período Imperial, baseada numa sociedade senhorial

de parentelas, onde a ajuda e proteção entre seus membros era fundamental para a sobrevivência dos membros do grupo; o outro projeto (de Evaristo Lucena) envolvia um “novo estilo político” ou uma nova cultura política em formação desde a década de 1880 – quando se iniciava, a passos tímidos, a crise processual da sociedade de parentelas (ou a crise do mandonismo local), advinda do apartamento entre as altas e baixas parentelas descritas acima.

Segundo Sandra Graham, esse novo estilo político foi incipientemente expressado pelo Motim do Vintém, a primeira revolta urbana popular de caráter reivindicativo do Brasil, que estourou no Rio de Janeiro, em 1880, contra a cobrança de um vintém para passagem nos bondes. A partir de então, o novo estilo político reivindicativo, passou a rejeitar a cultura política:

Baseada (...) na dependência e no apadrinhamento, e na qual os favores políticos mediam-se cautelosamente em termos de vantagens eleitorais. Diante deste requintado acordo, o grande público podia surgir como espectador ou como comentarista, mas não como um participante ativo. Uma visão consensual dessas regras formava a cultura política dominante nos anos anteriores a 1880. (GRAHAM, 1991:213-214)

Sandra Graham considerava que o movimento inaugurou, aos poucos, um “caráter instrutivo e formativo” entre o povo, que foi “culminando indiretamente ao longo da década de 1880 em substituições de gabinetes, reformas eleitorais, na abolição da escravatura e na Proclamação da República” (ARRUDA, 2013:158).

O aprendizado do novo estilo político continuava, durante a Primeira República, com a proliferação dos sindicatos e associações de trabalhadores, artistas e operários pelas capitais do país, e inclusive, pelos Círculos Operários Católicos, que se alastravam pelo interior do Nordeste, durante a década de 1920. As camadas populares, em meio ao sistema coronelista, ao menos, tinham liberdade associativa, a fim de fomentar e promover seu aprendizado político. Eram membros, em grande parte, apartados de suas antigas parentelas que, ao integrarem a vida urbana, viram na cultura política associativa e reivindicativa o meio para suprir a falta de proteção dos coronéis. No entanto, a mudança processava-se lentamente e grande parte dos membros das baixas camadas médias, ou das baixas parentelas, ainda estava atrelada a grandes famílias (como o caso da família Barros).

Tal aprendizado tomou dimensões mais expansivas durante os primeiros anos da década de 1930. A Revolução de 30 trouxe um clima de civismo no país, onde a questão social passava a ser tema central dos debates políticos. O polo de disputas entre socialistas e integralistas contagiava rapidamente a população, inclusive de cidades interioranas, como exemplificamos o caso de Baturité, onde, embora predominasse a estrutura agrária, havia margem para a existência de uma vida qualitativamente urbana: com sua estação de trem, fábrica, casas de comércio, bandas de música, cinema, Correios e Telégrafos e até uma espécie de táxi. Após as intensas agitações políticas e atividades de 1935, 1936 e 1937, o aprendizado político e associativo vivido até então era interrompido com o advento do Estado Novo (ARRUDA, 2013).

Quanto a Raimundo Barro Filho, não o importava se o Brasil era uma democracia ou ditadura, ou se o Estado garantia políticas sociais ou não, importava quais proveitos poderia tirar da situação política atual, seja ela qual fosse – através de seus acordos e proteções familiares¹⁶. Não pretendemos, assim, diminuir a trajetória pessoal do trabalhador Barros Filho frente a de Evaristo Lucena: reconhecemos suas qualidades de “iniciativa, capacidade de trabalho e pertinácia” (BARROS FILHO, 1979:7), as quais ele mesmo se atribui; no entanto, reconhecemo-las também em Evaristo Lucena e enxergamos que todas essas qualidades foram condições necessárias, mas não suficientes, para uma ascensão social e ingresso na classe média. Os acordos familiares ainda eram imprescindíveis, sendo justamente durante o Estado Novo que Barros Filho obteve seus maiores benefícios, graças a contatos que mantinha no Ministério do Trabalho. Nesse sentido, a ditadura estadonovista, não obstante todo avanço na legislação trabalhista e social, mostrava-se um regime essencialmente conservador e clientelista.

O Estado Novo não silenciou apenas um sapateiro negro em Baturité, mas toda uma gama de políticos, partidos, grupos ideológicos, sindicatos e associações, que acumulava, há mais de cinquenta anos, um aprendizado político, então “solapado pelo

¹⁶ Nesse contexto, exemplificamos o caso de sua filha, Maria José, que só veio a estudar em escola pública, em virtude da política educacional do interventor do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Batista, que, mesmo compondo uma interventoria escolhida por Vargas, compôs a ANL, tornando-se um dos principais adversários do governo, sendo preso em 1936. A educação de sua filha adveio, não da política de acordos de coronéis, mas de uma política educacional ideologicamente baseada no novo estilo político em formação.

Estado de compromisso varguista” (ARRUDA, 2013:164). Apesar dos novos direitos sociais, garantidos pela legislação trabalhista, passou-se a proibir associações e sindicatos independentes, além da censura à liberdade de expressão e imprensa – imprescindíveis para o aprendizado político e formação da cidadania, que apenas retornaria com a Redemocratização e as eleições das décadas de 1950 e 1960; com novamente, novas efervescências políticas, advindas sobretudo pela pressão por reforma agrária, reivindicada também pelas Ligas Camponesas (SCHWARCZ; STARLING, 2015:425). A Ditadura Militar interrompia, mais uma vez, o aprendizado político, por mais de 20 anos, que só veio a retornar, a passos, trôpegos, durante a década de 1980, tendo como impulso inicial o movimento das *Diretas Já*, passando pelos movimentos do *Fora Collor* na década de 1990.

Os avanços nos indicadores sócio-econômicos durante a década de 2000, inegavelmente empolgaram massas populares por todo país, que ingressavam em uma nova classe média. Dez anos depois, começaram a acontecer grandes manifestações de caráter reivindicatório e popular, ironicamente contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus, promovido pela prefeitura de São Paulo (relembrando o Motim do Vintém). Logo, elas reverberaram por várias cidades brasileiras, com pautas mais gerais, desdobrando-se na polarização política entre esquerda e direita, em meados da década de 2010.

Diante das trajetórias de lutas aludidas neste texto, quando o filósofo Walter Benjamin afirma que “os mortos não estarão em paz se o inimigo continuar vencendo” (BENJAMIM, 1986:156), ele apenas lembra que o Motim do Vintém não terminou – que inúmeras figuras, como Evaristo Lucena e todos os grupos silenciados, presos e torturados pelas políticas conservadoras e paralisadoras desse aprendizado ainda não estão em paz. Todos os negros da Frente Negra Brasileira, partido político da década de 1930, imprescindível para o despertar de uma consciência cidadã de respeito às diferenças étnicas (PEREIRA, 2011:5-6), também não estão em paz – porque esse inimigo continua vencendo. Esse é o sentido de retirar dos mortos a voz desse sapateiro e analisar os percalços e vicissitudes da formação de uma cultura política cidadã no Brasil.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. *O sapateiro e o (s) coronel (néis): a cultura política de Baturité-CE (1892-1937)*. Brasília: Dissertação de mestrado em história: UnB, 2013.

BARROS FILHO, Raimundo. *Mundim de Baturité: Traquinices e traquinadas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In. AZEVEDO, Cecília [et. al.] (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009, pp. 29-46.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp. 229-250.

CASTRO, Maria Helena e Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 41-108.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In. FREITAS, Marcos Cezar, (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp.57-72.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, [s. l.] n. 26, janeiro de 2009, pp. 1-14.

_____; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Marques; *Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*. In. _____ (coord). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 237-337.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mavad, 2005, pp. 21-44.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. In. *Revista brasileira de história*, São Paulo, vol. 10, n. 20, mar.-ago. 1991, pp. 211-232.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MONTENEGRO, Abelardo F. *História dos partidos políticos cearenses*. Fortaleza: Instituto Cearense de Ciência Política, 1965.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In. GOMES, Angela de Castro (Coord.) *Regionalismo e centralização política*. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 339-425.

PEREIRA, Amilcar Araujo. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011, pp. 1-15

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REGIS, João Rameres. *Integralismo e Coronelismo: Interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937)*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em história – UFRJ, 2008.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In. BOBBIO, Noberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. *Dicionário de política*. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, v. 1, pp. 306-308.

SCHWARCS, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jessie Jane Viera de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.